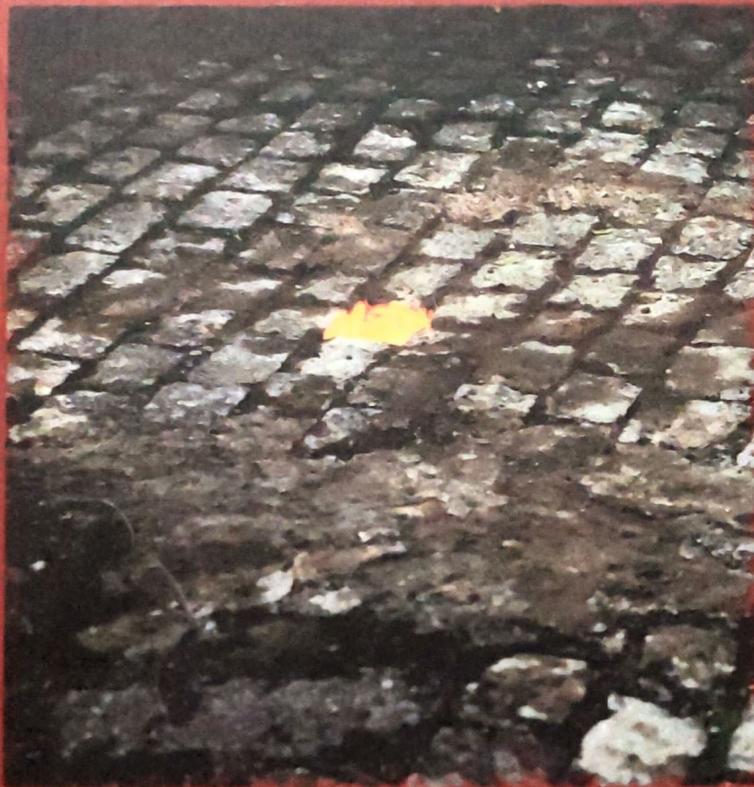


ESPACO & DEBATES

43-44



CIDADE, CULTURA,
(IN)CIVILIDADE

Espaço & Debates
Revista de Estudos Regionais e Urbanos

Publicação semestral sob a responsabilidade do
Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos - NERU
Correspondência e assinaturas:
Caixa Postal 11028 - CEP 05422-970 - São Paulo - SP - Brasil
espacodebates@uol.com.br

Coordenação editorial

José Tavares de Lira (FAUUSP), Maria Cristina da Silva Leme
(FAUUSP), Sarah Feldman (EESCUSP)

Conselho editorial

Adnan Gurza Lavalle (PUC-SP), Denise Antonucci (UPMack),
José Tavares de Lira (FAUUSP), Maria Cristina da Silva Leme
(FAUUSP), Martha R. Scheingart Garfunkel (Colégio de
México), Renato Cymbalista (FAUUSP/Inst. Polis), Sarah
Feldman (EESCUSP), Sérgio Adorno (FFLCH-USP), Sérgio
Abraão (FAUUSP), Yara Schreiber (PUC-SP)

Preparação de textos para impressão e revisão

Regina Nogueira

Colaboradores deste número

Silvana Rubino (Unicamp), Vera Pallamin (FAUUSP), Fabio
Lopes de Souza Santos (EESCUSP), Telma de Barros Correia
(EESCUSP)

Secretaria

Melania Alves Silva

Foto da capa

Rubens Mano, sem título, 1997

Produção gráfica

PW Gráficos e Editores Associados Ltda.
Alex Wissenbach
Vivaldo H. Tsukumo

Impressão

Imprensa da Fé

Distribuição

Annablume Editora Comunicação
Rua Padre Carvalho, 275 - Pinheiros
05427-100 - São Paulo - SP - Brasil
Tel. e fax: (11) 3812-6764 - Televendas: (11) 3031-9727
<http://www.annablume.com.br>

2000
02/11/06

ESPAÇO & DEBATES

43-44

CIDADE, CULTURA, (IN)CIVILIDADE

ISSN 0101-5621



abril/2004

© 2003, NERU

Espaço & Debates
Revista de Estudos Regionais e Urbanos

Publicação semestral sob a responsabilidade do
Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos - NERU
Correspondência e assinaturas:
Caixa Postal 11028 - CEP 05422-970 - São Paulo - SP - Brasil
espacodebates@uol.com.br

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida,
desde que citada a fonte.

ESPAÇO & DEBATES:
Revista de Estudos Regionais e Urbanos.
São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e
Urbanos - Neru, 1981-
1981-2003, 1-23: 1-43-44

SUMÁRIO

- 5 EDITORIAL
- NÚCLEO TEMÁTICO
- 7 *Resumos/Abstracts*
- 11 *Aprendendo com Disney World*
Sharon Zukin
- 28 *Berlim reconquistada.*
Falsa mistura e outras miragens
Otília Beatriz Fiori Arantes
- 51 *Cidadania e cidade (aventuras e desventuras*
do multiculturalismo)
Lorenzo Macagno
- 60 *O cosmopolitismo e a cidade: transitando*
por velhos e novos conceitos
Ângela Prysthon
- 71 *O mel e o fel da cidade. Lendo folhetins e*
romances em busca de alguma moral urbana
Robert Moses Pechman
- 79 *Os sentidos da cidade brasileira: figurações da*
ordem e de seus avessos
Cibele Saliba Rizek
- 92 *Conservação integrada e planejamento urbano*
na atualidade
Silvio Mendes Zancheti
- 105 *Ensaio para uma história da arte construtiva*
no Brasil como história de Brasília
Maria da Silveira Lobo
- ARQUIVO
- 120 *Um passeio pelos monumentos de Passaic,*
Nova Jersey
Robert Smithson
- FÓRUM
- 129 *A cultura na revitalização urbana - espetáculo*
ou participação?
Lilian Fessler Vaz e Paola Berenstein Jacques
- 141 *Os equipamentos culturais na cidade de*
São Paulo: um desafio para a gestão pública
Isaura Botelho
- RESENHAS
- 152 *Metrópole e cultura. São Paulo no meio do*
século XX
Maria Arminda Nascimento Arruda
- 156 *Através da rótula: sociedade e arquitetura no*
Brasil, séculos XVII a XX
Paulo César Garcez Marins

OS SENTIDOS DA CIDADE BRASILEIRA: FIGURAÇÕES DA ORDEM E DE SEUS AVESSOS

Cibele Saliba Rizek

"As épocas realmente vivas nunca foram
tradicionalistas por deliberação".¹

Este texto sintetiza resultados de pesquisa de natureza bibliográfica² que se volta para as figurações da cidade, no âmbito da modernização e do atraso, visto ora como resíduo ou permanência do passado, ora como parcela imune à mudança social. Toma-se como eixo de discussão um recorte específico - os fundadores de um modo de pensar o país e seus processos de transformação a partir da cidade e do Estado de São Paulo, que se desenhava como pólo da industrialização, da metropolização, da modernização. Este recorte não ignora, entretanto, a fertilidade e a importância dos diálogos entre este veio de constituição do pensamento brasileiro e seus interlocutores de outras regiões brasileiras, ou mesmo de períodos anteriores às décadas de 30 a 60, tais como Gilberto Freyre, por exemplo.

Interessa sobretudo lembrar que parte desta produção que deita raízes e cria interlocuções na reflexão social e sociológica paulista nasce como elemento constitutivo do que Antônio Cândido denominou "explicações brasileiras", onde se insere em especial *Raízes do Brasil*, em que Sérgio Buarque de Holanda, reconstruindo o passado a partir de uma narrativa bastante original, tem como preocupação o Brasil dos anos trinta - lido à luz das possibilidades e dificuldades da ruptura com os processos de constituição da colônia, fundando uma outra forma de enunciar o passado e o presente, a partir de uma discussão centrada nas conformações da sociabilidade política brasileira.

Neste Brasil dos anos trinta, o fenômeno da urbanização se apresenta como dissolução dos

valores e hábitos rurais próprios da tradição colonial, no contraponto entre o que se pode qualificar como

"uma espécie de oposição entre duas trincas: luso-brasileiro-domínio rural-agricultura versus imigrante-cidade-indústria. A dialética destas trincas caracterizava o Brasil contemporâneo e se tornava muito dinâmica no momento em que foi publicado *Raízes do Brasil*".³

"Digamos que para a maioria absoluta dos intérpretes do passado brasileiro em seu tempo, inclusive Oliveira Viana e Gilberto Freyre, a dimensão luso-brasileira de origem colonial era vista sobretudo na sua continuidade, enquanto Sérgio focalizou sobretudo a sua ruptura, a sua redefinição a partir da 'revolução' representada pelo fim do regime servil em 1888. À vista disso, seria possível indagar se livros como *Populações meridionais do Brasil* e *Casa grande e senzala* representam por alguns aspectos certa reação, certa resistência à passagem do velho para o novo Brasil, aquele que Sérgio Buarque de Holanda chama 'americano'? Talvez."⁴

Sérgio Buarque de Holanda se debruça, em *Raízes do Brasil*, sobre a fundação e constituição das cidades e de sua materialidade no Brasil, especialmente a partir dos contrapontos entre América portuguesa e América espanhola. Os vetores atribuídos a estas duas formas de fazer a cidade colonial inauguraram toda uma abordagem interpretativa da historiografia urbana brasileira. Trata-se de uma discussão onde as dimensões da cidade se enunciam para elucidar a especificidade histórica das formas de sociabilidade, os modos de pensar e as formas da civilidade na vida brasileira, à luz dos processos de colonização. Trata-se de um texto fundador cujas matrizes teóricas, apoiadas nas contribuições

críticas para a compreensão do capitalismo de Weber e de Marx, assim como de abordagens tributárias de uma filiação à reflexão sociológica alemã, estão claramente explicitadas. Do mesmo modo, o texto de Antonio Cândido que prefacia o livro merece ser considerado na enunciação dos processos que se derivaram das raízes agrárias e das características ibéricas, em direção a “uma civilização urbana e cosmopolita”.

Entre os muitos confrontos possíveis de serem encontrados a partir de uma investigação que parte da gênese e da formação das cidades e da sociedade brasileira, pode-se observar que, se em Freyre, a europeização ibérica funda uma forma de civilidade (ou em outros termos, possibilidade e efetividade de integração), em Holanda, ela é tematizada como elemento arcaico a ser superado, em uma trama que apontava para um futuro visto como possibilidade da perda das características ibéricas, na direção de novos patamares de cosmopolitismo, em claro contraponto à defesa dos “caudilhismos”, que configurava o pensamento autoritário brasileiro.

A partir desta trama, resumida apenas em alguns de seus elementos, é necessário que se considere de que forma o impacto da urbanização foi visto por um autor para quem se anuncia um outro modo de fazer e de lidar com o passado, recoberto pela negatividade,⁵ cujos enfoques se assentam na enunciação de pluralidades, mais do que pela procura de determinações, na esteira de autores como Georg Simmel. Nesta empreitada para interpretar o social, por fazê-lo falar, a despeito das unidades constituídas pelo político, pelo Estado, pelo nacional, tem lugar a atualidade das abordagens de Sérgio Buarque de Holanda. Pode-se então perceber como a partir destas perspectivas, Holanda tematizou uma sociedade como a brasileira,

“radicalmente dividida de si mesma, caracterizada por enorme concentração de poder, de riqueza, de cultura e de ideologia nacionalizante” que “viveu com dificuldade o impacto da experiência urbanizadora. (...)”. “A abolição da escravidão, a construção das estradas de ferro, dos transportes urbanos e, sobretudo, o crescimento das cidades prenunciavam rupturas com as raízes coloniais, escravistas, com a herança portuguesa de uma sociedade eminentemente autoritária, hierarquizada e conservadora de privilégios adquiridos. Tanto no

Nordeste açucareiro como na economia do café transformavam-se as relações de trabalho e aproximavam-se as relações que caracterizavam os centros de exploração industrial com tudo o que este processo implicava em tensões e conflitos latentes, principalmente na Província de São Paulo onde a vinda de imigrantes europeus propiciara uma diversidade social anteriormente inexistente. (...)”⁶

O diagnóstico de *Raízes do Brasil* aponta para transformações e impasses entre um mundo rural, “definitivamente morto”, e outro mundo, urbano, “que luta por vir à luz”. O processo de urbanização, visto como potencialmente avassalador e descrito como “fenômeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar”, destruía o mundo rural, solo da força do “regime decaído”, sem substituí-lo por nada de novo. O novo, cuja forma exterior complementar se constitui pela e na cidade, sede da possibilidade de novas relações sociais, implicaria nas rupturas com os interesses das elites dirigentes do país, com suas formas específicas de dominação recobertas pelo caráter de mando patrimonial e privatista. É importante destacar que esta ruptura está configurada como possibilidade de constituição de uma forma política identificada como inexistente, destinada à representação do fenômeno social constituído pela cidade.

Esta urbanização difícil, de certo modo truncada, encontrava como obstáculos os “costumes políticos”, uma certa maleabilidade avessa à fixidez das classes sociais, associadas a um Estado centralizado, centralizador e despótico que operavam como trava às novas forças sociais pós abolição. As possibilidades de um novo social que se plasmava na cidade estavam vinculadas à transformação das relações entre política e sociedade no Brasil, que manteriam traços arcaicos, herdados da colonização portuguesa do império. Estes arcaísmos “se caracterizavam por uma tendência a esconder e a conter qualquer manifestação de conflito.”⁷ A cidade, o processo de urbanização, era assim a forma de um mundo novo e a âncora da contraposição a um Estado autoritário, visto como uma espécie de síntese e de avesso das instituições republicanas, isto é, do solo novo a partir do qual seria possível pensar a construção de um mundo público (ou de instituições republicanas) no Brasil. Como se pode constatar, entram em cena, na discussão do contraponto

possível entre cidade e ruralidade, as relações entre política e sociedade, na construção de uma república que “permanecia asfixiada pelo corporativismo dos interesses herdados, pelo nepotismo e pelo prestígio dos conchavos pessoais, que impediam a proliferação de relações sociais novas, libertas do jugo do passado”.⁸

Na cordialidade, por oposição à polidez, se assentaria esta falta das instituições republicanas como forma e tessitura das sociabilidades políticas que, modernas, corresponderiam necessariamente à cidade. Em Sergio Buarque de Holanda, enunciava-se um dos temas recorrentes que atravessam as peculiaridades da modernidade brasileira: os modos pelos quais o velho captura o novo e o conforma à sua imagem e semelhança. Por outro lado, também a partir deste autor, é possível pensar nestes mesmos interstícios entre o mundo que dá sinais de decrepitude e outro cujo nascimento é continuamente obstaculizado nas relações entre sociedade e política no Brasil.⁹

Dentre os inumeráveis aspectos da obra de Holanda, cumpre, entretanto, identificar alguns dos sentidos possíveis dos processos que conduzem a passagem do campo para a cidade, assim como, alguns dos sentidos que a sociabilidade urbana acaba por adquirir, ainda que correndo o risco de algumas simplificações.

A urbanização tinha o caráter de um processo lento e subterrâneo de transformação das raízes rurais, onde se ancorava tanto o caudilhismo personalista quanto sua contraface, a cordialidade brasileira. Deste ponto de vista, a urbanização “não podia ser compreendida como o simples advento da cidade”, já que ela era portadora de uma “mentalidade adversa ao personalismo secular”, privilegiando o individualismo, o que permitiria o despontar de uma ordem social diferente da ordem tradicional marcada pelo caráter familiar. Entretanto, o domínio tradicional, de base personalista, e o empreendimento liberal que talvez apontasse para novas saídas, “não são termos exclusivos. De um a outro, não havia tampouco uma gradação, que levasse do ‘arcaico’ ao ‘moderno’, em maior ou menor passo”.¹⁰ Ou seja, apesar da oposição de princípios, um e outro, arcaico e moderno permitiam combinações insólitas, de modo que a mobilização ‘antitradicionalista’ jamais teria saído completamente do marco da tradição.

“A bem da verdade, os arautos do moderno e os vates do atraso vinham de uma ‘mesma minhada’”.¹¹

Como sede a partir da qual se erodiam as fundações da ordem familiar, ainda que o “vinco patriarcal” dificilmente fosse dissolvido, a cidade era o lugar de uma conversão: é que a mesma ordem familiar, transferida para a cidade, transformava-se em desordem.

“Diante das normas urbanas, que reclamam uma resignação verdadeiramente civil do cidadão, não mais poderia haver o arbítrio do mando pessoal. O núcleo da sociabilidade não seria mais o coração, mas a ordenação abstrata, vinda das mentes racionalizadoras que a cidade parece requerer. Se a polis é, de fato, um círculo além da família, e o próprio Estado é a negação e a transcendência dela, com a vitória de Creonte sobre Antígona, seria razoável supor que, entrando no mundo urbano, o homem cordial perdesse de fato os vínculos que mantinha com o meio doméstico e rural, transformando-se, enfim, num cidadão.” Desse modo, a passagem para a cidade, a passagem em direção ao novo não garante de modo imediato ou simples o abandono da cordialidade, “porque não podíamos simplesmente extirpar um coração que pulsava estouvadamente, e pulsaria ainda, mesmo diante da assombrosa face despersonalizante da cidade”.¹²

O processo de urbanização e a vida urbana constituíam o solo de uma experiência que se fundava no avesso da cordialidade, da passionalidade, da pessoalidade, em uma palavra, das relações de proximidade. A cidade, então, poderia se configurar como perda necessária da identidade do “homem cordial”, pelo abandono do ambiente familiar ou comunitário, por uma transformação de seu estatuto, pela passagem do lugar de “protegido” ao lugar de “empregado”. A ordem urbana, porém, era composta de homens saídos do meio rural, homens que se prendiam ainda ao núcleo cordial da sociabilidade brasileira. A regra e a ordem cordiais, isto é, a ausência de regras fixas e o poder do senhor, se convertem em transgressão e em desordem no mundo urbano. O novo seria marcado por uma convivência (quase uma promiscuidade) entre ordem e desordem assim configuradas. Instituição e transgressão de regras marcariam a cidade que nascia e as sociabilidades que nelas teriam lugar. Constituída não tanto pela artificialidade da regra, mas pela força da ausência de regras, pelo “estouvamento”, pelo “inquieta e desordenado”, pela “seiva” irregular que parecia se

impor, a cidade é um mundo de regras a serem transgredidas. Esta caracterização do Rio de Janeiro de dom João VI marca uma ruptura com a ordem familiar que se convertia em desordem, na medida da impossibilidade mesma da libertação do fardo da “cordialidade” que manteria os homens da cidade “no terreno da transgressão civil”.¹³

Ainda em relação a Sergio Buarque de Holanda e a *Raízes do Brasil*, é preciso apontar algumas dimensões relativas às discussões que se realizam em torno das interpretações de sua obra. Estas observações se justificam em função de alguns dos elementos que percorrerão os destinos da reflexão brasileira como espectros reencontrados apesar das várias tentativas de alterar-lhes os rumos. Assim como acontece com Gilberto Freyre, há em relação à contribuição de Sérgio Buarque de Holanda, um conjunto de interpretações que talvez seja necessário, aqui e ali, resgatar. Alguns destes conflitos interpretativos que se estabelecem entre figuras do porte de Antonio Cândido e Raymundo Faoro continuam em debate, tanto na qualidade de recepções diversas entre si, quanto como fundações de matrizes interpretativas cujos temas, relidos incessantemente pelo pensamento social e pelas discussões das dimensões da cultura política, parecem se perpetuar.

Assim, talvez valha a pena uma breve menção à forma de leitura de Faoro a respeito da obra de Sérgio Buarque de Holanda, não apenas por suas peculiaridades, mas pelo confronto com uma interpretação de difícil questionamento, inclusive porque, à medida em que se explicita em um prefácio de *Raízes do Brasil*, foi acatada por seu autor. Trata-se, então, da leitura de um tema constitutivo das relações entre o “arcaico” e o “moderno”, assim como do tema que se desdobra nas relações entre Estado e sociedade no Brasil. As citações abaixo podem melhor localizar um dos eixos deste conflito interpretativo.

“Dentro desta concepção familista-patriarcal, na procura de um elo entre a instituição social e a instituição política, o historiador observa que ‘não era fácil aos detentores de posições públicas de responsabilidade (...), formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público’. Supostamente apoiado numa citação de Max Weber, afirma que o funcionário patrimonial faz da gestão pública assunto de seu interesse particular. Ocorre que Max Weber

não disse o que a citação faz aparentemente supor: o que ele disse é que o funcionário patrimonial faz da sua gestão ‘puro assunto pessoal do senhor’.

Na verdade, Holanda não quis dizer que a ordem político-social era ‘patrimonialista’ (discordando, com renovadas homenagens de respeito, de Antonio Cândido, em prefácio a *Raízes do Brasil*, p. XVIII), mas exatamente o contrário: que o patrimonialismo seria impossível, como ordem política, impedido pela ambiência patriarcal, incapaz de sair da ordem privada. Esta, a meu ver, é a interpretação correta, evitando atribuir ao historiador uma infidelidade ao texto mencionado de Max Weber, num livro que o trouxe pioneiramente ao conhecimento dos estudiosos brasileiros. O mesmo entendimento torna inteligível seu conceito de ‘homem cordial’, tão mal compreendido e tão erradamente parodiado. Cordial não significa afável, brando, senão que abrange também o ódio, sentimentos que ‘procedem (...) da esfera do íntimo, do familiar, do privado’.¹⁴

A adequação do Estado à sociedade que ele rege, a longa agonia de uma construção apoiada sobre o ápice e não sobre a base, o universo dos reformadores e de suas propostas de substituição de um quadro político dominante por outro, o caráter retórico, nominal e semântico da Constituição que “recobre de tinta ornamental (...) os donos do poder”, a mesma inconsistência que parece se assentar na “crença mágica das palavras”, o tiro “contra a sombra e não contra o pássaro” permitem que Faoro pergunte, em meio ao comentário da obra de Holanda: “Teríamos mudado, ou estaríamos a nos repetir (...)?”¹⁵

Estes temas reapareceriam tanto em *A revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, como em algumas de suas mais eloquentes interpretações.

Cidade, modernidade e modernização

Em um primeiro momento do processo de investigação, partiu-se da hipótese de que as imagens associadas ao ideal da construção da modernidade e da modernização no Brasil teriam permitido figurar um horizonte de integração a ser atingido pela idéia de desenvolvimento e de desenvolvimentismo, em que o ideário burguês e moderno plenamente consti-

modo estivesse revestido não apenas de legitimidade, mas do caráter de horizonte a ser alcançado plenamente, o que se associava às imagens e representações elaboradas a respeito dos elementos e segmentos que estiveram (ou podiam ser vistos como se estivessem) aquém da civilidade, contratualidade, industrialismo e urbanidade modernas.

É possível que se possa tematizar a cidade configurada dessa maneira como lugar e espaço de uma utopia e de um projeto claramente modernos, que finalmente conformariam plenamente uma ordem e uma sociabilidade públicas. Deste ponto de vista, todo um conjunto de temas rodeariam as idéias de cidade formuladas pelas sociologias da modernização (que, nas vertentes latino-americanas, corresponderam especialmente às sociologias do subdesenvolvimento), que poderiam ser extensivas à teoria da dependência. Nesta matriz, o vínculo predominante se filiaria a uma concepção de cidade como *topos* da modernização, como semente de uma superação da situação de dependência, entendida a partir de uma chave cada vez mais sócio-econômica.¹⁶ Neste eixo, as principais diretrizes se assentariam nas dimensões do que, parafraseando Paul Singer, poderia ser identificado como uma “economia política da urbanização”. Isto é, trata-se de um conjunto de concepções que identificam na cidade o lugar da realização do capital industrial, da constituição das bases econômicas da classe operária e das classes dominantes configuradas como burguesas, classes que, se ainda não eram, deveriam tornar-se modernas, agentes e atores do processo de transformação e de mudança social o que levaria, tal como a sociologia paulista figurava, a uma nova forma de integração, não pela proximidade e familiaridade, mas pelo contrato e pela distribuição de renda gerados por uma ordem salarial em maturação.

Há, aqui, nas sociologias que se conformam a partir do segundo pós-guerra, um conjunto de considerações que marcaram fortemente a idéia de cidade como contraponto ao campo, como lugar e elemento modernizadores, lugar de destino de um poderoso processo migratório, palco de uma modernidade que denuncia uma ruptura importante com o passado: é o presente e, sobretudo, o futuro que importam, em uma concepção rigorosamente moderna, em que as bases econômicas de uma industrialização a que se imprimia um ritmo inédito, as possibilidades de “integração” pelo cresci-

mento e pela mobilidade, as novidades da democratização e as possibilidades de uma contratualidade também nova, anunciavam um futuro que era mais do que uma ilusão já que se delineava como futuro possível.

Um dos elementos desta novidade podia ser encontrado na vida e na produção intelectual brasileira que incluía as ciências sociais como campo específico e como elemento de um saber novo, que se objetivava no também novo contexto urbano: a cidade ganhava o caráter de metrópole, sobretudo associado aos centros urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro.

Aqui, cabe mencionar a riqueza e as novas formulações presentes em trabalhos filiados a campos disciplinares diversos, entre os quais à geografia, à história e à crítica literária que se reúnem em torno de um acontecimento investido do caráter de comemoração da metrópole moderna: as várias obras que se voltam para a discussão de São Paulo, no seu quarto centenário. Por outro lado, em função dos processos de configuração da produção industrial de novo tipo no Brasil, das novas margens de ação e afirmação pública dos trabalhadores e da formação e consolidação de novos campos disciplinares, tanto as questões relativas às cidades (ritmo de urbanização, novas idéias urbanísticas, novas configurações da idéia de plano etc.) quanto às imagens e idéias de cidade e de metrópole, podem ter se transformado, mudando o rumo das discussões.

Nos anos 50 em que a modernidade e com ela os horizontes de desenvolvimento e de integração (diante das possibilidades da produção e do consumo de massa no Brasil, diversa portanto dos antagonismos em equilíbrio tal como enunciados por Freyre, ou das formas cordiais da sociabilidade marcada pelo mando privado, em uma ordem patrimonial) pareciam um projeto factível, em que o Estado aparecia como agente modernizador e civilizador, a cidade parece ter se configurado, de um lado, pelos ideais associados à constituição de uma sociedade de classes plenamente constituída e suas formas de regulação, enlaçadas a um processo de constituição de um Estado do bem-estar social que tinha (ou devia ter), no tecido e na vida urbana, um objeto privilegiado de intervenção. Toda uma gama de questões e de interrogações se constitui a partir dessas relações entre Estado e sociedade. A cidade se configurava, então, como *locus* das idéias de planejamento, de serviços urbanos e de políticas públicas. Na cida-

de, também, estava o solo do universalismo moderno dos direitos sociais, ainda que sob tensão pela tutela e pelo que a literatura acabou denominando como populismo.

Dois nomes, entre outros, se destacam neste processo, pelo menos no âmbito paulista: Antonio Candido e Florestan Fernandes que se constituem em pólos de estruturação da reflexão posterior em um campo mais amplo que o da própria sociologia, em sentido estrito. É possível perceber e tematizar importantes pontos de contato, ainda que o mais usual seja a ênfase nas diferenças entre estes dois autores, sobretudo a partir dos destinos de suas "linhagens". Como recurso de explicação, pode-se sustentar a hipótese de que em um momento específico, Cândido se volta, especialmente em *Os parceiros do Rio Bonito*, para aquelas parcelas da população brasileira que ficavam de fora dos processos de industrialização, que conformavam ou conformariam uma sociedade de classes, burguesa e moderna no Brasil, ou ainda, de fora do processo que constituía um Estado nacional desenvolvimentista. Fernandes caminharia em sentido contrário, isto é, para a análise da mudança social que poderia conduzir a sociedade brasileira e seus atores - a burguesia industrial, o negro em um mercado de trabalho que atingia as configurações de um mercado capitalista, a classe operária e sua constituição como sujeito político - a um momento industrial e moderno em seu desenvolvimento.

Deste ponto de vista, talvez seja ainda necessário recuperar algumas preocupações de ambos, no sentido de perceber um pensamento cujos ecos podem ser ouvidos em parte do pensamento sobre a literatura e a cultura brasileira em suas relações com as possibilidades de apreensão da sociedade brasileira. Por outro lado, também é possível encontrar na obra de Florestan Fernandes o ritmo e o pulso de uma cidade ainda não metropolitana, a ser transformada no momento seguinte em metrópole, dissolvendo formas sociais e culturais que deviam ser documentadas porque estavam prestes a desaparecer.

Estes momentos podem ser caracterizados como o dos *Parceiros*, escrito em 1954 (ainda que publicado apenas 10 anos depois); e na obra de Fernandes que recupera, registra e analisa cantigas de ninar e brincadeiras de rua, antes que ensurdescessem, formas e expressões

culturais e simbólicas que nasciam de relações sociais e de processos de socialização condenados a desaparecer no ritmo da metrópole industrial. Isto é, a obra que se volta para a cultura popular, "os modos de vida", o folclore. Nestes dois momentos, se já é possível antever rumos que talvez não se cruzassem diretamente, também era possível perceber afinidades, horizontes comuns, entre as análises daqueles cujos modos de vida estavam prestes a desaparecer no seio da cidade de São Paulo e aqueles que tinham ficado de fora, ao largo dos processos de modernização. Algo das relações entre o atrasado e o moderno, ou ainda, em termos clássicos, entre as "comunidades" e a sociedade, pulsava nas duas produções, inclusive algumas afinidades com a Escola de Chicago, não apenas no que se refere ao *continuum* rural/urbano, mas também nas formulações de sociólogos cujas contribuições se faziam presentes desde a passagem de Fernandes pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Em Antonio Cândido, estas dimensões se localizam especialmente nos *Parceiros do Rio Bonito*, obra que, ao contrário de parte significativa de seus textos, foi produto de um trabalho de investigação empírica caracterizado como produção etnológica e sociológica, mas cujo resultado não abandona inteiramente as dimensões ensaísticas. Como na obra de Florestan Fernandes, *Os parceiros do Rio Bonito* documenta uma situação social em transição, prestes a submergir nos processos de industrialização e urbanização que abriam um conjunto de outras possibilidades, investidas pela "miséria e anomia" ou pela precarização do que ao longo do livro se descreve como "mínimos sociais". Em um processo acelerado de mudança, o modo de vida, as relações sociais e representações culturais dos *Parceiros* apontavam para destinos sombrios.

"... tais fenômenos (que caracterizam a rusticidade) não podem ser encarados 'em si' (...) Já se mostrou que devem ser referidos à cultura das cidades, que vai absorvendo as variedades culturais rústicas e desempenha cada vez mais o papel de cultura dominante, impondo as suas técnicas, padrões e valores. Sob este ponto de vista, o homem rústico vive uma aventura freqüentemente dramática, em que os padrões mínimos tradicionalmente estabelecidos se tornam padrões de miséria, pois agora são confrontados aos que a civilização pode teoricamente proporcionar."¹⁷

Há um contraponto entre uma ordem tradicional, analisada ao longo do livro, e uma outra ordem, que Cândido denomina “vida moderna”, localizada na indústria e na cidade. Trata-se então de considerar as condições e a possibilidade desta passagem, cujo sucesso dependeria da reforma agrária, e do planejamento racional, sem os quais “a urbanização do campo se processará cada vez mais como um vasto traumatismo cultural e social, em que a fome e a anomia continuarão a rondar o seu velho conhecido”. Do equilíbrio precário ao desequilíbrio, uma ordem se desfaz já que “o caipira é condenado à urbanização”, o que é diferente de sua migração para a cidade.

Trata-se, em outros termos, das evidências de uma proximidade entre os temas e as questões de Cândido e Buarque de Holanda, (a aventura, as formas do contraponto entre ordem e desordem, assim como sua imbricação nos processos de modernização) por um lado,¹⁸ e a produção de crítica literária de Roberto Schwartz e de outros autores, por outro.

Entre muitas outras referências possíveis, um texto de Antonio Cândido aponta para o que se poderia identificar como uma tese central e para as dimensões do que o próprio autor apontou, em suas análises literárias, como contraponto entre ordem e desordem. O ensaio “A dialética da malandragem”, discute algumas dimensões da sociabilidade, e da sociabilidade urbana em particular, no Rio de Janeiro do século XIX, a partir de *Memórias de um sargento de milícias*. Nele, como em outros clássicos da literatura brasileira, pode-se encontrar algo de uma explicação dos rumos e das escolhas que permitiram a análise das relações sociais e suas formas de representação, combinadas continuamente com a crítica e com o ensaio literário, esclarecendo, entretanto, que o texto literário traduz as dimensões sociais não como documentário, mas na sua própria forma. Isto é, exatamente porque e na medida em que o que está em análise é literatura e não simplesmente um documento ou um documentário. Como se sabe, a ênfase de Florestan Fernandes no método, no rigor científico, nos marcos teóricos, na configuração disciplinar e na constituição de uma sociologia recoberta do caráter metodológico e empírico, teceria outros destinos,¹⁹ inclusive para a forma acadêmica que sua prática viria a concretizar.

A tese de Cândido que permite a apreensão dos vínculos entre parte de sua produção e as questões de Sérgio Buarque de Holanda, diz respeito a um modo de desvendamento da sociedade brasileira, contraposto ao de Florestan, através da oposição e distinção, por um lado, e da promiscuidade, por outro, entre ordem e desordem. Algumas citações podem oferecer indícios que apontam para esta hipótese.

“Tutto nel mondo è burla. É burla e é sério, porque a sociedade que formiga nas *Memórias (de um sargento de milícias)* é sugestiva, não tanto por causa das descrições de festejos ou indicações de usos e lugares: mas porque manifesta num plano mais fundo e eficiente o referido jogo dialético da ordem e da desordem, funcionando como correlativo do que se manifestava na sociedade daquele tempo. Ordem dificilmente imposta e mantida, cercada de todos os lados por uma desordem vivaz, que antepunha vinte mancebias a cada casamento e mil uniões fortuitas a cada mancebia. Sociedade na qual uns poucos livres trabalhavam e os outros flauteavam ao Deus dará, colhendo as sobras do parasitismo, dos expedientes, das munificências, da sorte ou do roubo miúdo. Suprimindo o escravo, Manuel Antônio suprimiu quase totalmente o trabalho; suprimindo as classes dirigentes, suprimiu os controles do mando. Ficou o ar de jogo desta organização bruxuleante fissurada pela anomia, que se traduz na dança dos personagens entre o lícito e o ilícito, sem que possamos afinal dizer o que é um e o que é o outro, porque todos acabam circulando de um para outro com uma naturalidade que lembra o modo de formação das famílias, dos prestígios das fortunas, das reputações, no Brasil urbano da primeira metade do século XIX. Romance profundamente social, pois, não por ser documentário, mas por ser constituído segundo o ritmo geral da sociedade, vista através de um de seus setores. E sobretudo porque dissolve o que há de sociologicamente essencial nos meandros da construção literária.”²⁰

Alguns comentários sobre o livro *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*, publicado em 1961 pela Editora Ahamby, que reúne textos e estudos feitos pelo autor entre os anos de 1942 e 1959. Fernandes em seu prefácio afirmava:

“Quanto ao resto, o leitor verá que não temos ilusões sobre as limitações de nossos estu-

dos. A meio caminho entre o folclore e a sociologia, podemos sofrer críticas mais ou menos graves de ambos os lados - as quais somos os primeiros a reconhecer ... *O saldo que provavelmente nos honrará perante os demais estudiosos brasileiros é de natureza empírica.* Registramos, como pudemos, o que ocorreu com o folclore brasileiro em uma cidade que se transformou depressa, rompendo suas ligações com o passado tradicional e dando nova feição à organização da vida humana no Brasil. Aí está o principal interesse das achegas contidas neste volume e o fundamento de nossas esperanças de que ele seja útil aos que fizerem estudos análogos, em condições mais propícias ao labor científico” (grifos meus).

A preocupação em documentar o que estava por desaparecer não deixa de ser curiosa, especialmente pelo fato de que Florestan Fernandes voltaria parte considerável de sua produção à análise de outras dimensões da mudança social no registro não mais dos modos de vida, mas da dinâmica desenvolvimento/subdesenvolvimento, seus mecanismos, suas formas, capturadas pelo rigor e métodos científicos próprios à sociologia que se diferenciava ou deveria se diferenciar da geografia, da história, do ensaísmo literário. Esta sociologia, porém, talvez ainda se enredasse, por um lado, com as contribuições que Fernandes partilhava com Candido (os modos de vida, as representações, a cultura popular e seu papel neste mundo condenado ao desaparecimento). Por outro lado, em especial em alguns textos que se constituiriam em um momento imediatamente posterior, a produção de Fernandes evidencia seu diálogo com as contribuições de Caio Prado Jr.

Trata-se especialmente dos estudos raciais, realizados com Roger Bastide, em que aparecem imbricados, o tema da cidadania e uma aproximação com uma leitura e uma forma de recepção do marxismo, através da análise do passado colonial brasileiro. As conclusões enfatizam as causas econômicas da estratificação social brasileira, e o projeto de pesquisa, reproduzido ao final do livro, aponta para a leitura de autores como Robert E. Park e Donald Pierson e, portanto, para as questões e contribuições da Escola de Chicago. É ainda no âmbito do projeto de pesquisa que a caracterização da situação econômica e social brasileiras ganham destaque, sob a luz do mesmo tema que aparece como um mote por toda a obra do autor: a mudança social.

“... é que estamos em uma fase de transição. O estudo feito em tal momento tanto pode servir para caracterizar uma situação que tende a desaparecer, mas que é representativa do passado; quanto o de constituir uma contribuição para o conhecimento de algo que está em emergência ou em desenvolvimento incipiente. (...) O estudo dos efeitos, da mudança social sobre o ‘preconceito de cor’ em São Paulo se apresenta, de certa maneira, como um estudo da desagregação da antiga ideologia racial na sociedade de classes que está se desenvolvendo. É preciso conhecer objetivamente quais são os elementos da antiga ideologia racial que tendem a conservar-se. Porque isso ocorre. E, finalmente, em que sentido está se transformando a situação social dos negros e que relação existe entre essa transformação e o preconceito racial.”²¹

Ressaltem-se, também, a este respeito, os comentários de José de Souza Martins, observando o fato de que, nos anos sessenta, a produção de Florestan Fernandes

“havia se especializado em questões ‘urbanas’, sobretudo no tema da industrialização, do Estado e do desenvolvimento econômico e social, sem contar a fase dos estudos sobre relações raciais, que abriu caminho para os estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.”²²

O que teria marcado estas relações entre a produção de Florestan Fernandes dos anos quarenta e cinquenta, especialmente aquela que tem como eixo a cidade de São Paulo, ou os fenômenos que nela têm lugar? Algumas hipóteses já foram enunciadas por autores como Maria Arminda do Nascimento Arruda e Fernanda Peixoto, entre outras contribuições. Entretanto, ainda é possível problematizar estas dimensões e tensões entre continuidades e descontinuidades²³ à luz de considerações e depoimentos coletados de João Carlos Cândido e proferidos por Francisco de Oliveira.²⁴

Assim, se de um lado é possível identificar o momento em que as contribuições de Caio Prado Jr. passam a fazer parte da obra de Florestan Fernandes, por outro lado, as dimensões desta passagem, mais do que desta ruptura, dos temas dos anos quarenta para os dos anos cinquenta e sessenta podem ser traduzidos pela pergunta a respeito do desenvolvimento e do desenvolvimentismo e de suas sociologias no horizonte da investigação e reflexão que se desenvolveu em São Paulo. Assim também é

por meio destes temas - que constituíram um ideário centrado no subdesenvolvimento por toda a América Latina, diga-se de passagem - que um dos temas mais clássicos da reflexão brasileira se reapresenta em nova chave: trata-se do tema da integração por um lado e da mudança social, de outro. *Pari passu* com estas duas dimensões um outro grande eixo de reflexão se desenha, como um dos grandes temas da época, de repercussões importantes para a questão urbana: o vínculo entre sociologia e planejamento, ou ainda, o papel e lugar da sociologia como instrumento para a ação e para a transformação social.

A partir da produção de Florestan Fernandes e das matrizes instituídas na segunda metade dos anos cinquenta, pode-se pensar a gênese de uma sociologia industrial e do trabalho no Brasil que, como afirma Martins, é de corte necessariamente e progressivamente urbano. É nesta sociologia que alguns dos elementos mais instigantes da produção de Florestan podem ser identificados. A palavra-chave - integração - se associa necessariamente à mudança que, por sua vez, quer dizer cada vez mais desenvolvimento: industrialização, urbanização, modernização e complexificação tanto da vida social, como do discurso e da enunciação sociológicas.

“... tomemos, por exemplo, a cidade de São Paulo e demos um balanço nas impressões que temos dela, como membros ativos e como sociólogos. As impressões que derivam da simples participação na vida social paulistana são desordenadas e caóticas; as impressões que derivam do ordenamento sociológico das experiências diretas ou indiretas sobre a vida social paulistana são coerentes e unívocas, mas não são simples”.²⁵

Nesta e em muitas outras passagens, é possível reconhecer as dimensões de uma enunciação científica como forma, como linguagem unívoca, como unicidade das experiências fragmentadas e plurais do que, à luz de Karl Mannheim, é possível conceber como o homem comum²⁶ ou mesmo como “povo” redescoberto e inventado com novo caráter depois do longo processo de descoberta e invenção do Brasil desde os anos 30, ou ainda como um conjunto de personagens que, para se integrar, deveriam se tornar atores sociais conscientes de seu lugar e de seu papel no desenvolvimento e, portanto, nas novas dimensões industriais, urbanas e modernas do país.

O ritmo, a forma, a desordem do crescimento das cidades, a incapacidade de integrar as populações rurais, as limitações das permanências das relações arcaicas, estes e outros elementos que ecoariam na produção sociológica brasileira não surgem apenas de um desenvolvimento endógeno desta reflexão. Eles parecem se conformar a partir de uma outra origem - a Comissão Econômica para a América Latina - Cepal - que constitui ainda nos anos 50 um grupo de trabalho sobre os aspectos sociais do desenvolvimento econômico na América Latina, do qual, conforme Francisco de Oliveira, Fernandes teria feito parte. As contribuições de Celso Furtado seriam também outro fator importante neste vínculo entre a sociologia que se instituiu em São Paulo e aquela que se conformaria em uma sociologia do desenvolvimento ou do subdesenvolvimento, como marca da reflexão da América Latina.

Trata-se então de um modo de enunciação ao mesmo tempo endógeno e exógeno, que faria do “desenvolvimento” um “processo social total” e que freqüentemente foi interpretado como uma versão atualizada e modificada dos chamados “dualismos estruturais”. Toma-se como alvo de explicação a sociedade industrial, e a sociologia deveria ter como horizonte a perspectiva segundo a qual o desenvolvimento, com origem nas relações supra nacionais, deveria se constituir como projeto nacional consciente para os atores que seriam seus protagonistas principais. Os temas relativos ao negro em Florestan Fernandes, às migrações e ao trabalho industrial em Juarez B. Lopes, ao empregado e também ao proletariado em Fernando Henrique Cardoso, à classe operária lida em negativo por Leoncio Martins Rodrigues, dizem respeito, a partir desta hipótese, aos temas traduzidos nesta sociologia que se propunha a pensar a ordem moderna, urbana e industrial, e seus problemas de mudança e integração.

O povo, em suas múltiplas formulações, os atores da integração, as classes e suas leituras a partir de instâncias modelares, uma sociologia da modernização como técnica e como ferramenta de constituição da consciência do desenvolvimento, parecem fazer parte, desde a segunda metade dos anos cinquenta, de uma ciência do diagnóstico, que se assentava, progressivamente, na discussão e elaboração dos aspectos sociais de uma incongruência entre desenvolvimento social e crescimento econômico. A análise sociológica da economia torna-

se assim um elemento essencial deste diagnóstico e de suas proposições para a realização virtuosa da passagem do arcaico ao moderno, do patrimonial para a ordem racional legal, do campo para a cidade, do subdesenvolvido para o desenvolvido, em uma espécie de consciência sensível do caráter tardio e problemático das condições modernas no Brasil.

Apenas para efeito deste texto, cumpre mencionar os elementos que permitem identificar e problematizar esta passagem na constituição e institucionalização da sociologia paulista. Algumas destas indicações presentes no trabalho de Cândido (e sugeridas por Oliveira) são, deste ponto de vista, argumentos e constatações relativas ao *Informe do grupo de trabalho sobre os aspectos sociais e econômicos da América Latina* do qual participaram Florestan Fernandes e J. M. Echavarría²⁷ que vale a pena recuperar:

“Já que a questão sociológica do desenvolvimento surge como subsidiária do debate econômico, haveria que se buscar uma ‘disposição econômica geral’ nos elementos-chave do desenvolvimento. Esses elementos definem-se em torno da capacidade de execução (a produtividade) e da capacidade de direção, seja da empresa, seja do Estado. Além desses elementos motores, haveria que se verificar a capacidade de adesão da maior parte da sociedade ao desenvolvimento através da possibilidade da mobilidade social. Assim, a adesão, ou a integração, deveria ser feita por sinais concretos de melhoria econômica e de sinais normativos de valores, exemplos, ascetismos etc. É desse modo que a pauta principal de pesquisas destacada pelo ‘Grupo de trabalho’, por projeto de uma sociologia do subdesenvolvimento orbitava em torno: a) do trabalho e dos trabalhadores industriais, no tocante à produtividade e à ‘ética’ do trabalho (daí a preocupação com as motivações pessoais e as organizações dos trabalhadores); b) dos empresários industriais e sua burocracia administrativa; c) do Estado e da modernização da máquina administrativa estatal; e d) da mobilidade social e dos novos padrões de relações sociais nas cidades”.²⁸

O que se poderia identificar como ordem/desordem social a partir deste momento? Quais as dimensões normativas e de valor investidas neste projeto? Como pensar a partir de então a cidade, em especial a grande metrópole latino-americana e brasileira em particular?

Entre os atores deste processo parecem se destacar, explícita ou implicitamente, empresariado ou burguesia industrial e Estado que, pelo planejamento das esferas da vida social poderiam e deveriam, devidamente munidos da nova consciência e do novo discurso sociológico, induzir o desenvolvimento social, econômico, regional, urbano. A própria sociologia se constituiria, então como ferramenta e como técnica social modernizadora.

Para efeitos deste texto cumpre destacar, também, uma nova forma de pensar e, talvez, de explicar a cidade e a vida urbana a partir desta conformação. A cidade passa a ser lida pela chave das disposições econômicas do desenvolvimento, assim como de sua contraparte - as dimensões que guardam as marcas e sinais do seu avesso, o subdesenvolvimento. Ela é sem dúvida o lugar da modernização, da conscientização, da educação de massa, da industrialização, da constituição dos agentes de modernização. No entanto, talvez se possa afirmar que as cidades são pensadas a partir das dimensões econômicas, correndo o risco de se transformarem em resultantes de processos complexos de determinação que vão de encontro às formas marxistas de explicação, lidas de um modo peculiar, sem que se formule, entretanto, uma teoria da acumulação do capital, o que poderia ter gerado outras chaves explicativas. Por outro lado, e como resultado deste processo que percebe e tematiza as cidades no interior das teorias do subdesenvolvimento, nasceria um outro tema que viria a enunciar a questão urbana tão fortemente a ponto de gerar, de fato, uma reflexão original sobre a cidade e, por consequência, novas formas de enunciá-la. Refiro-me ao tema da marginalidade, assim como as associações não mais entre desenvolvimento e integração, mas entre crescimento e pobreza.

Integração, classe e povo, desenvolvimento e produção de relações sociais modernas se enraízam não mais nas dimensões das relações sócio-políticas do mando e da cordialidade, mas nas tramas das determinações estruturais. Ordem, integração social, industrialização, conscientização parecem se contrapor à desordem do subdesenvolvimento a ser identificada como especificidade, como resíduo, como permanência, passíveis de superação pelos processos de composição e combinação entre desenvolvimento econômico e social.

Sob o signo de uma evidente desmontagem deste horizonte de expectativas é em *Revolução*

burguesa no Brasil que Florestan Fernandes reencontraria uma discussão que parece se enraizar em Sérgio Buarque, recuperando as dimensões autocráticas da dominação burguesa, atualizadas e vivificadas pela interrupção dos processos de modernização pela ditadura militar. O pêndulo ordem/desordem seria então repensado e repostado tanto no que se refere às cidades e suas formas de sociabilidade, quanto no que se refere à construção truncada da esfera da cidadania no interior das especificidades políticas brasileiras. A partir deste tema uma vasta produção acaba encontrando e conformando a discussão da cidade como uma nova configuração da desordem que, mantendo o mesmo movimento pendular, escondia a ordem perversa de um capitalismo dependente que encontrava a impossibilidade política de sua superação. Esta “lógica da desordem” tal como foi formulada nos anos setenta, especialmente em *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, denunciava o avesso do desenvolvimento como aposta e como possibilidade, tal como tinha sido formulado anteriormente. Marginalidade, inchaço, terciário atrasado, precarização das formas de morar e de acesso à cidade parecem se desenhar de modo tanto mais duro, quanto mais se constatava a reversão dos horizontes de expectativas truncados a partir de 1964.

Considerações finais

Cabe ainda assinalar algumas questões sobre as matrizes interpretativas da cidade brasileira em seus processos de conformação e visibilização do que se pode, em cada momento, perceber como ordem e como seu avesso. Uma delas diz respeito às matrizes pelas quais as cidades foram percebidas e problematizadas ao longo do percurso que constituiu a sociologia e o pensamento social paulistas. Cabe sobretudo perceber como, a partir de interrogações sobre as dimensões políticas das formas de sociabilidade configuradas em Buarque de Holanda, passa-se gradativamente à construção de um modo de problematização que se articula a partir de uma “análise sociológica da economia do subdesenvolvimento”, isto é, para uma leitura inspirada nas questões latino-americanas e “cepalinas”, assentadas em Marx, mas distantes de uma teoria da acumulação capitalista, e das possibilidades de perceber que nas formas específicas de acumulação capitalista no Brasil, a reprodução do arcaico se fazia no coração mesmo e como exi-

gência sempre repostada do moderno e dos processos de modernização.²⁹

Outra questão conduz a alguns dos eixos expressos na e pela matriz de *Raízes do Brasil*, que teriam permanecido como marca de uma análise das formas e das relações sociais brasileiras, tal como percebidas a partir da crítica literária de Antonio Cândido. Mas é sobretudo a retomada das matrizes interpretativas que se centram na instituição de um modo particular de sociabilidade política, que tomam a cidade como lugar e como forma que se faz notar a partir do momento em que a cidade é lida e mapeada como território de lutas, de conflitos e de movimentos sociais, a partir do momento em que “novos personagens entram em cena”, a partir de uma nova tematização não da marginalidade urbana como determinação estrutural, mas da pobreza figurada como experiência, como privatização e invisibilidade, como impossibilidade de acesso à esfera da cidadania, como questão pertinente às formas de civilidade e de sociabilidade política, que continuam recolocando as discussões e dimensões das relações e da cultura política brasileira, assim como os dilemas dos processos de democratização não mais centrados apenas no Estado e em suas instâncias, mas entranhados nos vínculos de dominação que desenham a sociedade civil. Estas questões tal como apareceram nos anos oitenta, operaram e talvez ainda operem como horizonte crítico para aqueles que se dedicam a pensar a cidade como experiência social e como forma de instituição do mundo comum.

Cibele Saliba Rizek é doutora em sociologia pela FFLCH-USP, professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP e pesquisadora do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania - USP.

Notas

1. Buarque de Holanda, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1979, p. 5.
2. Esta pesquisa, financiada pelo CNPq como projeto integrado, intitula-se Os sentidos da cidade na sociologia brasileira: da civilidade ao seu avesso. A partir desta investigação e de alguns de seus resultados, nasceu outro núcleo de interrogações que compõem o Projeto Temático do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania, de que faço parte, intitulado Cultura e democracia - o pensamento nas rupturas da política, ainda em curso.
3. Cândido, Antonio in A visão política de Sérgio Buarque de Holanda, in *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1988, p. 84.
4. *Idem*, p. 86.

5. Ver a este respeito Leite da Silva, Maria Odila, *Sérgio Buarque de Holanda*, São Paulo: Ática, 1985 e, da mesma autora, Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda, in *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. Antonio Candido (org.) São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
 6. In Leite da Silva, Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 23.
 7. *Idem*, p. 24.
 8. *Idem*, p. 24.
 9. É curioso apontar que as abordagens de Rancière, lidas por Francisco de Oliveira, retematizam estas dimensões ao discutir o Brasil contemporâneo. Também é digno de nota que as análises a respeito dos movimentos sociais no Brasil também tematizam esta reinvenção da política e do lugar da política, especialmente nas formas de sua expressão. Ver, por exemplo, Ana Amélia da Silva, *Cidadania, conflitos e agendas sociais: das favelas urbanizadas aos fóruns internacionais*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da USP, 1996 e “Conflitos sociais e a produção do dissenso: limites e desafios para os movimentos sociais na recente dinâmica sócio-política brasileira” mimeo, São Paulo, 1998. Ainda é preciso lembrar outras práticas e configurações da cordialidade que talvez possam iluminar as dimensões de uma forma das relações entre elites dirigentes e pobreza, não por acaso configurada desta maneira: a filantropização da miséria e seu recente processo de refilantropização.
 10. Monteiro, Pedro Moreira. *A queda do aventureiro*. Campinas: Editora Unicamp, 1999, p. 247.
 11. *Idem*, p. 250.
 12. *Idem*, p. 256. O autor se refere à caracterização de Buarque de Holanda, segundo a qual seria possível identificar um “estouvamento” de um “povo moço e sem juízo”, naturalmente “inquieta e desordenado” que se contrapõe às soluções de ordem e disciplina. “O espírito de Ariel não era mais suficiente. A face de Caliban reaparecia, entremostrando-se numa forma de agir menos ordenada e iluminada do que aquela que se poderia almejar. Éramos também desordenados, estouvados, resistentes aos produtos que alguns - os intelectualistas - queriam que de pronto absorvêssemos.” (pp. 255/256).
 13. *Idem*, p. 258. O autor ainda explora de modo muito interessante as relações entre *Raízes do Brasil* e *Serafim Ponte Grande*, de Oswald de Andrade, o que pode se constituir em filão extremamente interessante para a compreensão de alguns dos campos comuns entre o que se está denominando aqui de “pensamento social brasileiro” e a constituição das sensibilidades modernas através das artes e da literatura no Brasil.
 14. Faoro, Raymundo. Analista das instituições brasileiras, in *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*, *op. cit.*
 15. *Idem*, p. 64.
 16. Deste ponto de vista, cabe perceber que as matrizes e determinações socioeconômicas são em parte tributárias a uma chave interpretativa anterior às teorias da dependência e da modernização, presentes na obra de Caio Prado Jr. Cabe perceber a intensa utilização destas contribuições na discussão sobre a escravidão empreendida por Florestan Fernandes em trabalho realizado em conjunto com R. Bastide. Ver *Branco e negros em São Paulo*, em especial o capítulo “Do escravo ao cidadão”. (Ed. Anhanby, São Paulo, ...).
 17. Candido, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p. 223.
 18. Ver especialmente depoimento de Antonio Cândido reproduzido em Jackson, Luís A *tradição esquecida*, UFMG, em que este autor afirma ter sido influenciado especialmente por Sérgio Buarque de Holanda.
 19. A idéia de destinos diversos, especialmente a idéia de destino está formulada por Pontes, Heloísa em *Destinos mistos - os críticos do Grupo Clima em São Paulo. 1940-1968*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
 20. In *O discurso e a cidade*, pp. 44-45. Em outro texto, mais recente, de Antonio Cândido sobre Florestan Fernandes, o autor lembra uma caracterização bastante mencionada de Ruy Coelho: “Florestan é uma ilha de sociologia cercada de literatura por todos os lados”. (in A. Candido, *Florestan Fernandes*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2001, p. 13) e, ainda que rapidamente, lembra o estudo a respeito das “trocinhas do Bom Retiro”.
 21. Bastide, R. e Fernandes, F. *Branco e negros em São Paulo*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959, p. 355).
 22. Martins, J. de Souza. *Florestan - Sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1998, p. 111.
- Também é a partir deste quadro, marcado pelas preocupações que foram vitoriosas no momento imediatamente posterior, quando se estrutura a pesquisa do que ficou conhecido como o grande eixo do que seria a sociologia paulista, que Fernando Henrique Cardoso aponta que o texto de *Os parceiros do Rio Bonito* seria um bom exemplo de uma forma e de um enfoque sociológicos sem herdeiros. (apud Martins, J. S. *idem*). Em resposta a Fernando Henrique, Martins comenta: “Além da beleza literária do texto, trata-se de uma das primeiras análises sociológicas do caipira e seu mundo, até então considerados do ponto de vista meramente folclórico e não raro avaliados preconceitivamente a partir da supervalorização do precário urbano que tínhamos e ainda temos. Antonio Candido fez do desprezado caipira o protagonista de um livro científico. Quem leu e citou o trabalho nesta época não estava necessariamente preocupado com o mundo rural, estava preocupado com a sociologia”. (*idem* p. 115). Na mesma entrevista, Martins recupera a polémica que trava, nesta e em outras ocasiões, com Fernando Henrique Cardoso, a respeito dos *Parceiros*. Também aponta algumas das heranças desta produção, entre as quais os *Homens livres na ordem escravocrata* de Maria S. de Carvalho Franco.

23. Ver especialmente M. Arminda do Nascimento Arruda, *Metrópole e cultura*, tese de livre docência apresentada ao Departamento de Sociologia da FFLCH-USP e Fernanda Peixoto, *Diálogos brasileiros - uma análise da obra de Roger Bastide*. Edusp, 2000.
24. Trata-se de uma dissertação de mestrado de cujas bancas de qualificação e defesa participei. Nestas ocasiões tive a oportunidade de presenciar e registrar as indicações e depoimentos do prof. dr. Francisco de Oliveira a respeito desta defasagem entre a produção de Florestan Fernandes dos anos quarenta e a produção que culminaria no Cesit. Acrescento que tais indicações encontraram ressonância nos materiais encon-

- trados no Arquivo Florestan Fernandes. Agradeço a João Carlos Cândido e ao prof. Francisco de Oliveira, pela oportunidade de seus comentários, achados e reflexões. Ver João Carlos Cândido, *Entre a política e a 'polícia': a Constituição e a crítica da sociedade industrial democrática na sociologia paulista dos anos 1950-1960*. Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH-USP, 2002.
25. Fernandes, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1967, apud J. C. Cândido, *op. cit.*, p. 29.
 26. Cf. J. C. Cândido: "Servimo-nos desta imagem para duas 'traduções' (...). A tradução da teoria sociológica como forma, a fim de produzir novas interpretações válidas e a tradução do texto caótico da realidade social em um texto compreensível e comunicável. Se a sociologia como ciência é una, a sociologia do subdesenvolvimento pode ser lida como fragmento de um processo histórico mais amplo do desenvolvimento capitalista, ou mesmo do desenvolvimento da civilização moderna", *op. cit.*, p. 34.
 27. Este autor, relativamente desconhecido no Brasil, é um dos tradutores de *Economia e sociedade* de Weber para o castelhano. Membro da Cepal, é um dos teóricos de destaque das teorias do desenvolvimento que ecoam na produção brasileira, cf. depoimento e indicação de Francisco de Oliveira e cf. J. C. Cândido que menciona do autor "Las relaciones entre las instituciones sociales y las económicas: un modelo teórico para América Latina" in *Boletín Económico de América Latina*. Santiago de Chile: Cepal, março de 1961 e *Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico de América Latina*, Buenos Aires: Solar/Hachette, 1964.
 28. J. C. Cândido, *op. cit.* p. 41.
 29. Cf Francisco de Oliveira, A crítica da razão dualista, *Estudos Cebrap* n. 2, São Paulo, 1972.

Referências bibliográficas

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura*. tese de livre docência apresentada ao Departamento de Sociologia da FFLCH - USP, São Paulo, 2000.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*, São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- CÂNDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1998.
- CÂNDIDO, Antonio. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2001.
- CÂNDIDO, João Carlos. *Entre a política e a 'polícia': a Constituição e a crítica da sociedade industrial democrática na sociologia paulista dos anos 1950-1960*. Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH-USP, 2002.
- FAORO, Raymundo. Analista das instituições brasileiras in *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. Antonio Cândido (org.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- FERNANDES, F e BASTIDE, Roger. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.
- FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Anhamby, 1961.
- FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1979.
- JACKSON, Luís. *A tradição esquecida*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- LEITE DA SILVA, Maria Odila. *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985.
- LEITE DA SILVA, Maria Odila. Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda, in Antonio Cândido (org.), *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *Florestan. Sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Edusp Fapesp, 1998.
- MONTEIRO, Pedro Moreira. *A queda do aventureiro*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco. A crítica da razão dualista. *Estudos Cebrap* n° 2. São Paulo, 1972.
- PAOLI, Maria Célia e OLIVEIRA, F. *Os sentidos da democracia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PEIXOTO, Fernanda. *Diálogos brasileiros - uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: Edusp, 2000.
- PONTES, Heloísa. *Destinos mistos - os críticos do Grupo Clima em São Paulo. 1940-1968*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Artigo recebido em janeiro de 2003 e aprovado em junho de 2003.